

O primeiro ano Biden

Diana Soller | *Observador* | 6 de novembro de 2021

Completo-se esta semana um ano sobre a longa noite eleitoral americana inconclusiva, mas em que todos ficámos convencidos de que Joe Biden tinha ganho. Ainda tivemos de esperar alguns dias pela confirmação. Hoje sabemos que, com sucessos e fracassos, os Estados Unidos têm um presidente muito ativo em política externa. Salientam-se aqui cinco pontos da agenda e das posições políticas de Joe Biden, em jeito de balanço de um ano muitíssimo atribulado.

Uma nova visão para o sistema internacional

Desde a campanha eleitoral que Joe Biden bipolarizou o conflito de transição de poder entre os Estados Unidos e a China. Do ponto de vista retórico não se tem cansado de dizer que estamos perante um cenário em que os valores e os interesses das democracias e das autocracias são divergentes e as primeiras têm de se unir para derrotar as últimas. Os Estados Unidos voltam a assumir o papel de líderes de mundo livre, ordenadores internacionais e de centro de gravitação de um conjunto de alianças mais global que no passado.

Há vários campos de disputa sendo os mais importantes o político, o económico, o diplomático, o tecnológico e o ciberespaço. Até agora, como veremos a seguir, a ordem Biden tem tido alguns sucessos e fracassos. Fica por perceber se esta divisão é benéfica ou contraproducente. Se por um lado contextualiza e “arruma” a casa, por outro tem provocado na China um mal estar significativo, que pode saldar-se numa escalada, numa conjuntura de equilíbrio já ténue.

Muito subtil, mas muito importante, foi a forma como Joe Biden fez a distinção entre a Rússia e a China, os rivais autocráticos por excelência. No encontro entre o presidente norte-americano e Vladimir Putin, em Genebra, em junho, Biden afirmou que a Rússia era uma “grande potência” que, se não pisasse linhas vermelhas, nomeadamente relacionadas com a disrupção cibernética, gozaria da aceitação dos Estados Unidos.

Em linguagem diplomática isto quer dizer que se Moscovo cumprir as regras do jogo estará livre de constrangimentos – da parte dos Estados Unidos – para desenvolver a sua política externa da forma que bem entender. Poderá manter a sua esfera de influência, que hoje se estende ao Médio Oriente, sem a interferência de Washington. O preço que Putin tem de pagar – nunca ninguém disse, mas subentende-se – é uma certa distância de Pequim.

Se isto parece vulgar, basta pensar que a China não tem o mesmo direito, nem o mesmo estatuto. É o rival que, por colocar um “desafio sistémico” aos EUA, terá de ser vigiado e contido por todos os meios disponíveis. Incluindo militares.

O que nos leva ao ponto “Indo-Pacífico”. Não é só uma nova designação geográfica é também uma estratégia que começou a ser desenhada e posta em prática por Donald

Trump e que Biden tem incrementado. Trata-se da securitização da China perante os americanos – que hoje acreditam que Pequim constitui a maior ameaça ao seu país – e a mobilização de meios para aquela região onde, mais uma vez, os EUA assumem o papel da potência do Pacífico.

Desta vez fazem-no com um conjunto de aliados bilaterais, a Coreia do Sul e o Vietname, por exemplo. Mas também através de instituições multilaterais. As mais importantes são o “informal” Diálogo Quadrilateral de Segurança, que envolve Washington, Tóquio, Nova Deli e Camberra e o recente pacto de segurança assinado pelos Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália. Esta rede de segurança está empenhada em conter Pequim e comprometida a usar a força se necessário, ainda que em operações pontuais. Esta tem sido, até agora, a política mais bem-sucedida do presidente Biden, ainda que o primeiro grande teste – a manutenção do status quo em Taiwan – ainda não esteja completamente superado.

As relações com a Europa

Já com a Europa a tentativa de restabelecimento de relações privilegiadas anunciadas na Conferência de Munique e ratificadas em junho quando o presidente veio à Cimeira da NATO e declarou que o artigo V “era sagrado” não têm corrido de feição. A isto não é alheio o comportamento europeu – resistente ao plano antichinês forjado pela América – mas também se deve aos comportamentos da Casa Branca, nomeadamente na pouca atenção dada aos aliados na retirada do Afeganistão (um fracasso do ponto de vista do planeamento) e da não auscultação da França, que deveria ter vendido os submarinos à Austrália e foi apanhada de surpresa com o anúncio do pacto de defesa AUKUS.

Os europeus, que muitas vezes critico, têm razões de sobra para desconfiarem dos Estados Unidos nos dias que correm. E sem grande trabalho diplomático de ambos os lados, as relações transatlânticas correm o risco de se manterem num limbo. E se há uma década a dependência estava toda do lado europeu, os pratos da balança inclinaram um bocadinho. Para o EUA se posicionarem de forma firme contra a China, a Europa tem de estar no barco. Caso contrário, Pequim terá sempre uma saída.

A polarização norte-americana

Voltamos ao primeiro ponto: a bipolarização do sistema internacional entre democracias e autocracias só resultará plenamente se houver uma paulatina diminuição da polarização americana. Os indícios não apontam para isso. A popularidade de Biden vai decrescendo, e os republicanos têm tido vitórias importantes – como esta semana na Virgínia – sem abandonarem o seu discurso nativista e anti Partido Democrata. Curiosamente este é, até agora, o maior fracasso do presidente norte-americano. E se não é uma derrota na política externa, já tem e terá ainda mais consequências no posicionamento americano no mundo.

<https://observador.pt/opiniao/o-primeiro-ano-biden/>